

A TRAJETÓRIA DA COMISSÃO DE MONITORAMENTO E SISTEMATIZAÇÃO DO FÓRUM ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO PARÁ (2016 – 2017)

Maria Gorete Rodrigues de Brito - UFPA
mariagoretebrito2011@hotmail.com

Danielly Cristinne Barbosa Campos - UFPA
danielly.campo@ymail.com

Alberto Damasceno - UFPA
albertod@ufpa.br

INTRODUÇÃO

Com a aprovação do Plano Nacional de Educação (Lei 13.005, de 25 de junho de 2014), o tema monitoramento e avaliação começou a ser suscitado com maior frequência no cenário educacional brasileiro (DOURADO, 2017). Para tanto, foram constituídos em todos os Estados da Federação, fóruns de educação, que passaram a assumir responsabilidades correlatas¹ em relação ao Fórum Nacional de Educação – FNE.

Nessa perspectiva, o Estado do Pará, antes da aprovação do atual Plano Estadual de Educação – PEE/PA, já havia providenciado a instalação de seu fórum (Resolução nº 004, de 22 de outubro de 2012) cuja composição e organização previa duas comissões permanentes de trabalho: a de Monitoramento e Sistematização e a de Mobilização e Divulgação.

Assim, objetiva-se analisar a trajetória desenvolvida pela Comissão de Monitoramento e Sistematização (CMS) do FEE/PA de 2016 a 2017. Para tanto, empreendemos uma pesquisa documental a partir de fontes primárias, compreendendo: relatórios, instrumentos de avaliação, atas de reunião, plano de trabalho, entre outros, produzidos pela referida comissão.

Este estudo se justifica pela necessidade de compreender a perspectiva de monitoramento e avaliação assumida pelo FEE/PA que tem como incumbência institucional acompanhar a efetivação das metas e estratégias do PEE/PA, mediante a participação dos segmentos sociais e educacionais, na gestão das políticas educacionais, em vista do controle social (DAMASCENO & SANTOS, 2017).

DESENVOLVIMENTO

O tema do monitoramento e da avaliação PEE/PA só começou a ser objeto de atenção do FEE/PA a partir de janeiro de 2016, quando houve a indicação dos membros da Comissão designada para esse fim, constituída pelas seguintes entidades: União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação – UNCME/PA; Associação Nacional de Formação de Professores – ANFOPE; Serviço Social da Indústria - SESI; Secretaria Estadual de Cultura – SECULT/PA; Secretaria Estadual de Educação – SEDUC/PA.

Observou-se que a mencionada Comissão, passou a se constituir por uma pluralidade de órgãos governamentais, instituições e organizações sociais vinculadas à área educacional, o que demonstrou ser salutar ao debate democrático. Embora essas entidades possuíssem natureza política e institucional distintas, esses aspectos não se constituíram em impedimento para que se chegasse a um consenso acerca da entidade que coordenaria esse trabalho, tendo sido eleita a União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação, seção Pará – UNCME/PA.

A partir da constituição da Comissão de Monitoramento e Avaliação do FEE/PA, seus membros definiram uma agenda mínima de trabalho compreendendo um conjunto de atividades voltadas para o atendimento dessa demanda institucional, qual seja:

formulação de uma proposta de monitoramento e avaliação; elaboração de instrumentos de trabalho; definição de uma equipe técnica para oferecer o devido suporte às atividades de monitoramento; seção de estudos das metas e estratégias do PEE/PA, com a definição de respectivos indicadores; articulação com os grupos de pesquisas das Instituições de Educação Superior, para análise científica dos dados. (PARÁ, 2016)

Os dados constantes do plano de trabalho em questão demonstram iniciativas importantes acerca do monitoramento e avaliação do Plano Estadual de Educação, mas, em contrapartida, não observamos uma perspectiva de avaliação mais concreta das metas e estratégias, quando levamos em consideração os critérios clássicos de avaliação de políticas públicas – como equidade, eficácia, eficiência e efetividade, conforme defende Jannuzzi (2011). Consideramos que isso se deve às dificuldades de apropriação técnica e científica por parte da CMS acerca de indicadores que pudessem contribuir para a compreensão do impacto das metas do PEE/PA em seus diferentes aspectos.

Vale ressaltar ainda em relação à estrutura de trabalho da mencionada Comissão, que as atas do período analisado comprovam a inexistência de meios e recursos que pudesse subsidiar técnica e politicamente seus membros. Essa problemática passou a informar duas dimensões, que imputamos de fundamental importância para os resultados a serem alcançados. A primeira diz respeito aos aspectos técnicos, sugerindo, entre outros, a necessidade de constituição de um banco de dados para a construção e aprimoramento dos indicadores de monitoramento e de avaliação; e a apropriação de temas relacionados ao orçamento público, que permita avaliar a capacidade do Estado em relação ao financiamento das metas do PEE/PA. A segunda se situa no âmbito político, exigindo, como recomendam Damasceno & Santos (2017), uma dinâmica de participação, em todas as etapas do planejamento e gestão das políticas públicas, que oportunize a observância do critério da democraticidade.

CONCLUSÕES

A análise dos documentos produzidos pela Comissão indica uma construção ainda incipiente de práticas de monitoramento, a partir de indicadores, além da utilização indevida dos termos monitoramento e avaliação, como se fossem sinônimos.

Com efeito, os dados obtidos, por meio deste estudo, comprovam que esse processo demanda investimentos em relação à qualificação técnica dos integrantes da Comissão para que se apropriem de instrumentos e metodologias que permitam desenvolver uma dinâmica de trabalho que possibilite o efetivo acompanhamento das políticas educacionais, convertidas no PEE/PA. Portanto,

os documentos atestam fragilidades em relação ao trabalho da CMS, as quais foram informadas pela inexistência de uma estrutura de trabalho que pudesse subsidiar técnica e politicamente seus membros, para que exercessem o devido acompanhamento das metas e estratégias do Plano em referência, cujo atendimento prioritário diz respeito ao ente estadual

Assim, não obstante às iniciativas desenvolvidas pela Comissão em referência, com todos os seus dilemas práticos, há de se considerar como inadiável a construção de uma agenda de trabalho que se traduza na consolidação de uma perspectiva de monitoramento e avaliação mais efetiva e sistemática do PEE/PA, de modo que o controle social seja exercido. Para tanto, é mister a superação dos desafios técnicos e políticos identificados pela presente pesquisa.

REFERÊNCIAS

DAMASCENO, Alberto; SANTOS, Émina. *Esperança Tardia: Trajetória das Políticas Educacionais e do Planejamento da Educação*. Belém: Estudos Amazônicos, 2017.

DOURADO, Luiz Fernandes. *Plano Nacional de Educação: o epicentro das políticas de estado para a educação brasileira*. Goiânia: Editora da Imprensa Universitária/ANPAE, 2017.

FONSECA, J. J. S. *Metodologia da pesquisa científica*. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

JANNUZZI, P. de M. *Monitoramento analítico como ferramenta para aprimoramento da gestão de programas sociais*. Revista da Rede Brasileira de Monitoramento e Avaliação, n. 1, jan./jun., 2011, p. 36-65.

PARÁ, *Plano de Trabalho da Comissão de Monitoramento e Sistematização do Fórum Estadual de Educação*, 2016.

NOTAS

¹ Entre as responsabilidades correlatas ao FNE podem ser destacadas: a) participar do processo de concepção, implementação e avaliação da Política Estadual de Educação; b) acompanhar e avaliar o processo de implementação das deliberações das Conferências Estaduais de

Educação; acompanhar a execução do Plano Estadual de Educação - PEE; c) realizar monitoramento contínuo e avaliações periódicas sobre execução do PEE e cumprimento de suas metas; d) divulgar os resultados do monitoramento e das avaliações no sítio institucional do Fórum Estadual de Educação; e) analisar e propor políticas para assegurar a implementação das estratégias e o cumprimento das metas do PEE; f) acompanhar o processo de definição do CAQ, bem como os ajustes contínuos.